



**MUNICÍPIO DE PALMAS  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Candidato(a):

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE  
DIREITO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO**

**Instruções Gerais**

**Caro(a) Candidato(a):**

1. Este Caderno de Questões, conforme Edital contém **25 (vinte) questões objetivas** a serem respondidas, cada uma com quatro alternativas (**a, b, c, d**), além de **2 questões discursivas**. Recebido da fiscalização da sala, você deve conferi-lo verificando se está completo, se corresponde ao cargo para qual você se inscreveu. Caso contrário, deve solicitar a sua substituição.
2. O tempo de duração total das provas será de **3 (três) horas**, incluída a leitura das instruções.
3. Não será permitido ao candidato que saia da sala em definitivo antes de transcorrida uma (1) hora do início da prova.
4. Iniciada a prova, é vedado formular perguntas sobre as questões, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma.
5. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, usar máquina calculadora, telefone celular e/ou similares ou qualquer instrumento receptor/transmissor de mensagens.
6. **Não há cartão de respostas.** Você deve marcar, nas próprias questões, **apenas uma alternativa (a, b, c, d) com caneta de ponta grossa azul ou preta, com um "X" ou um círculo na letra que representa a alternativa a ser assinalada.**
7. A questão não assinalada ou assinalada com mais de uma alternativa, emendada, rasurada, borrada ou que vier apenas com outra marcação que não a prevista no item 6, é nula.
8. Ao final da prova, você deve devolver à fiscalização da sala, o seu caderno de provas devidamente assinado.
9. O Gabarito será divulgado no site **<https://www.palmas.to.gov.br/secretaria/procuradoria-geral/>** e no **diário oficial do Município de Palmas.**

**BOA PROVA!**



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 1.** Marque a alternativa correta acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988

- A) O contraditório e a ampla defesa são assegurados exclusivamente nos processos judiciais.
- B) Será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- C) É garantido o direito de propriedade, independente do atendimento de sua função social.
- D) Sob pena de violação ao princípio da publicidade, em nenhuma hipótese a lei pode restringir a publicidade dos atos processuais.

**QUESTÃO 2.** Acerca da investidura em cargos públicos é correto afirmar que:

- A) Não existe vedação à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal em serviço público.
- B) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.
- C) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo em comissão.
- D) As funções de confiança, de livre nomeação e exoneração, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de chefia.



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**QUESTÃO 3:** Considere o teor da Súmula Vinculante nº 37, do Supremo Tribunal Federal, publicada em 24/10/2014:

“Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

Diante disso, e à luz do que dispõe a Constituição Federal relativamente às súmulas vinculantes, eventual decisão judicial de primeira instância que aumentasse vencimento de servidor público, sob o fundamento de isonomia, poderia ser objeto, perante o Supremo Tribunal Federal, de:

- A) Ação Direta de Inconstitucionalidade
- B) Reclamação
- C) Recurso Ordinário
- D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

**QUESTÃO 4:** Com fundamento na Constituição, podemos afirmar em relação aos efeitos das decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, que:

- A) Não há impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação
- B) O efeito *erga omnes* e vinculante não alcança os demais órgãos do Poder Judiciário.
- C) Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.
- D) É inadmissível a modulação dos efeitos decorrentes da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei.

**QUESTÃO 5:** O Município Ômega verificou grave comprometimento dos serviços de educação das escolas municipais, considerando o grande número de professoras gozando licença maternidade e de profissionais em licença de saúde, razão pela qual fez editar uma



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

lei que autoriza a contratação de professores, por tempo determinado, sem a realização de concurso, em situações devidamente especificadas na norma local.

**Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.**

- A) A Constituição da República não autoriza a contratação temporária sem a realização de concurso público.
- B) O Município somente poderia se utilizar da contratação temporária para os cargos permanentes de direção, chefia e assessoramento.
- C) A contratação temporária, nos termos da lei, é possível, considerando que a situação apresentada caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) A contratação temporária de servidores, independentemente de previsão legal, é possível.

**QUESTÃO 6:** Nos termos da Constituição Federal de 1988, são consideradas “Funções Essenciais à Justiça”, exceto:

- A) Defensoria Pública
- B) Advocacia Pública
- C) Conselho Tutelar
- D) Advocacia Privada

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 7:** A Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal – STF, enuncia: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Nesse entendimento restou consagrada o princípio da:



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- A) Moralidade
- B) Razoabilidade
- C) Autotutela
- D) Tutela

**QUESTÃO 8:** De acordo com José dos Santos Carvalho Filho, “a administração indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada”. São entidades que integram a Administração Pública Indireta, EXCETO:

- A) Autarquias
- B) Empresas Públicas
- C) Ministérios do Governo Federal
- D) Sociedades de Economia Mista

**QUESTÃO 9:** “Atividade administrativa pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. O conceito corresponde ao:

- A) Poder disciplinar
- B) Poder de polícia
- C) Poder regulamentar
- D) Poder hierárquico

**QUESTÃO 10:** A vedação à alteração das condições de participação na licitação, bem como das cláusulas que constarão do contrato, cuja minuta integrou o edital, é expressão do princípio:



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- A) do julgamento objetivo da licitação, tendo em vista que eventuais alterações interfeririam no resultado do certame, salvo se restasse demonstrada concordância dos demais licitantes.
- B) da vinculação ao instrumento convocatório, que se dirige somente aos licitantes, para que esses saibam os termos e condições que regerão a relação jurídica, cuja alteração não poderão propor.
- C) do julgamento objetivo da licitação, que depende da igualdade de participação entre os participantes, de forma que eventual alteração demandaria reabertura do certame, ainda que já findo.
- D) da vinculação ao instrumento convocatório, pois as propostas foram apresentadas com base nas condições que constavam do edital, de forma que eventual alteração violaria a igualdade que deve reger a competição.

**QUESTÃO 11:** Sobre desapropriação, assinale a alternativa correta.

- A) Por observar o devido processo legal, a desapropriação indireta é instituto amplamente praticado e estimulado pela doutrina e jurisprudência.
- B) A doutrina classifica a desapropriação como forma derivada de aquisição de propriedade, pois provém de título anterior
- C) Trata-se da modalidade mais gravosa de intervenção do Estado na propriedade, tendo em vista a efetiva transferência de domínio do particular ao Poder Público.
- D) No processo judicial de desapropriação, a contestação poderá versar sobre qualquer matéria, não havendo limitação legal.

**QUESTÃO 12:** Sobre a reparação do dano decorrente da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- A) A ação deve, necessariamente, ser proposta contra o Estado e o agente causador do dano, a fim de ser apurada a responsabilidade deste.



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- B) A inexistência de nexo causal entre o evento danoso e a conduta do agente afasta a responsabilidade civil do ente público.
- C) Prescreve em três anos o direito de obter indenização pelos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público.
- D) Os agentes das entidades particulares prestadoras de serviço público não estão sujeitos à ação regressiva.

<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>
---------------------------------

**QUESTÃO 13:** Nos termos do artigo 4º do Código de Processo Civil, as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa. Considerando que o processo civil deve ser interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que referido dispositivo consagra os seguintes princípios:

- A) Cooperação processual, proporcionalidade, razoabilidade e eficiência.
- B) Boa-fé objetiva processual, isonomia material e impulso oficial.
- C) Inafastabilidade da jurisdição e estímulo à resolução consensual de conflitos.
- D) Razoável duração do processo, primazia das decisões de mérito e efetividade.

**QUESTÃO 14:** Assinale a alternativa correta acerca dos elementos e efeitos da Sentença:

- A) Haverá resolução de mérito quando o juiz verificar a ausência de legitimidade ou de interesse processual
- B) As sentenças proferidas contra o Município não estão sujeitas à remessa necessária, independente do proveito econômico em discussão.
- C) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la por meio de embargos de declaração, em caso de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
- D) Analisando o caso concreto, o juiz pode proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**QUESTÃO 15:** Com relação CPC/15, assinale a alternativa correta.

- A) O réu poderá oferecer contestação, por petição e através de advogado, no prazo de dez dias.
- B) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, inclusive quando houver pluralidade de réus e somente um deles contestar a demanda.
- C) O ônus da prova caberá sempre ao autor da ação, não sendo possível a inversão do ônus da prova ao réu.
- D) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

**QUESTÃO 16:** No que concerne à apelação, é correto afirmar que:

- A) É o recurso cabível para impugnar sentenças, decisões interlocutórias de mérito e despachos.
- B) Inserem-se no seu efeito devolutivo todos os fundamentos do pedido, ainda que o juiz tenha acolhido apenas um deles.
- C) Em regra, é espécie recursal desprovida de efeito suspensivo.
- D) É insuscetível de interposição na modalidade adesiva, caso haja sucumbência recíproca.

**QUESTÃO 17.** Acerca das provas no Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Não dependem de prova os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- B) O ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- C) É vedado ao juiz admitir a prova produzida em outro processo.
- D) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

**QUESTÃO 18:** Assinale a alternativa correta sobre o que dispõe o Código de Processo Civil



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- A) O CPC/15 não adotou o princípio da instrumentalidade das formas, posto que, quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, o juiz a decretará, ainda que o ato realizado de outro modo alcance a finalidade pretendida.
- B) Considera-se inepta a petição inicial quando a parte autora não apresentar qualquer prova de suas alegações.
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- D) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação, devendo o juiz reconhecer o vício e determinar a citação válida.

<b>DIREITO CIVIL</b>
----------------------

**QUESTÃO 19.** Acerca do instituto da Responsabilidade Civil, previsto no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- A) As indenizações por dano estético e o dano moral decorrentes do mesmo fato danoso são inacumuláveis, tendo em vista a garantia constitucional de que a pessoa não pode ser penalizada duplamente pelo mesmo suporte fático (non bis in idem).
- B) A indenização é medida pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzi-la equitativamente.
- C) Não se admite a culpa concorrente no direito civil brasileiro.
- D) Quando a indenização decorrer de danos morais, ela será tarifada de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

**QUESTÃO 20.** Atente ao seguinte dispositivo legal: “A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior”. (§1º do art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) O dispositivo em destaque remete ao critério de solução de antinomias jurídicas denominado:

- A) Critério cronológico



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- B) Critério da especialidade
- C) Critério ontológico
- D) Critério hierárquico

<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>
---------------------------

**QUESTÃO 21.** Assinale a alternativa correta:

- A) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica.
- B) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de qualquer espécie, tendo como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- C) Os empréstimos compulsórios decorrem de atividades estatais, tais como os serviços públicos ou do exercício do poder de polícia.
- D) Taxa é um tributo que tem como fato gerador o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível.

**QUESTÃO 22.** Constituem causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- A) Moratória e o parcelamento.
- B) A interposição de recurso em processo tributário administrativo e a remissão.
- C) A concessão de liminar em mandado de segurança e a conversão de depósito em renda.
- D) A concessão de tutela antecipada em ação anulatória de débito e a transação.

**QUESTÃO 23.** De acordo com o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25 de Outubro de 1966), TRIBUTO é:

- A) O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria, as contribuições sociais, as extra-fiscais, as para-fiscais, a contribuição do salário-educação, o empréstimo compulsório, os impostos extraordinários e outros impostos de competência residual da União.



**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- B) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- C) Uma prestação voluntária, em moeda, instituída por lei.
- D) Prestação pecuniária compulsória que constitui sanção por ato ilícito cometido pelo contribuinte.

**QUESTÃO 24.** São impostos Municipais:

- A) ITR e Imposto de Renda
- B) IPTU e ISS
- C) ICMS e IPTU
- D) IPI e ISS

**QUESTÃO 25.** Segundo a disciplina estabelecida pela lei que rege a execução fiscal, é correto afirmar que:

- A) Créditos da Fazenda Pública de natureza não tributária, regularmente inscritos em Dívida Ativa, não podem ser cobrados por meio de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80.
- B) A Execução Fiscal não pode ser promovida contra o fiador.
- C) A petição inicial indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o pedido e o requerimento para citação.
- D) O executado, ainda que não tenha efetuado a segurança do juízo na execução, poderá opor-se por meio de embargos.





**MUNICÍPIO DE PALMAS**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

---

---

---